

# 1

## FORMAÇÃO POLÍTICA COMO LUTA CONTRA A AUTOCRACIA NEOFASCISTA\*

*Roberto Leher*

O problema da formação política de militantes de movimentos sociais – aqui incluídos movimentos sociais antissistêmicos, identitários, mulheres, antirracistas, estudantis, sindicatos, partidos e iniciativas afins – voltou à cena de modo forte e incontornável. A difusão de cursos pré-vestibular populares, a retomada de projetos de formação com diversos movimentos sociais, à semelhança de iniciativas anteriores como os Cursos Realidade Brasileira, organizados com o MST, os cursos do Outro Brasil (Laboratório de Políticas Públicas da UERJ/ Fundação Rosa Luxemburgo com MST e outros, 2003–2010) (VARGAS, 2018), do coletivo 13 de Maio, o curso Trabalho, Educação e Movimentos Sociais – TEMS (EPSJV/Fiocruz/ MST, 2011–2013) (STAUFFER et. al, 2018); a recente proliferação virtuosa de cursos virtuais sobre diversos temas (a exemplo do Aquilombar-se, ESS/UFF/ MST/MPA) e a própria realização de milhares de *lives* no período da pandemia, são importantes indicações de que o problema da formação está sendo redimensionado. Ademais, é difícil participar de alguma reunião política sem que o tema volte à baila.

Entre as maiores dificuldades unanimemente reconhecidas pelos coletivos de formação e pelos partidos de esquerda é a incomunicabilidade com a massa popular expropriada, explorada e sem ocupações regularmente institucionalizadas por legislações trabalhistas. Quando estava evidente a enorme probabilidade da vitória de Bolsonaro (2018) esse tema forçosamente retornou ao debate político. Sem entrar no mérito da fala de Mano Brown, no ato em prol da candidatura de Fernando Haddad à presidência – o que não é o objetivo do presente texto –, é inegável que a crítica do *rapper* vocalizou um problema real: “Falar bem do PT é fácil, tem que falar para uma multidão que precisa ser conquistada, senão vamos cair no abismo” (FARIAS, 2020).

Em significativa entrevista a Marcello Musto, o ex-vice presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, Álvaro Garcia Linera, indagado sobre a incapacidade das organizações comunistas da América Latina de dirigir seu

---

\*DOI - 10.29388/978-65-86678-42-0-0-f.29-48

discurso para o conjunto das classes populares, e no caso da Bolívia, de “reconhecer a especificidade da questão indígena e colocá-la no centro da sua atividade política”, Linera (2019) destacou:

Na Bolívia, a alimentação era produzida por agricultores indígenas, as casas e edifícios eram construídos por trabalhadores indígenas, as ruas eram limpas pela população indígena e a elite e as classes médias confiavam-lhes os cuidados das suas crianças. No entanto, a esquerda tradicional era cega em relação a isto e preocupava-se apenas com os trabalhadores da grande indústria, não prestando atenção à sua identidade étnica. [...] A partir do final dos anos 1970, a população Aymara organizou grandes mobilizações contra a ditadura, bem como os governos democráticos que surgiram depois dela. Fê-lo orgulhosamente com a sua língua e simbologia própria, funcionando através de comunidades federadas de *campesinos* e acelerando o nascimento de uma nação sob liderança indígena. Foi um momento de descoberta social (LINERA, 2019, n/p).

Embora sob outros prismas, a reflexão de Linera (2019) aponta o mesmo problema e permite agregar novos elementos sobre o descompasso entre a esquerda e os setores populares não inseridos no trabalho regulado pela legislação trabalhista. A incomunicabilidade da esquerda com estes setores não resulta apenas de falta de didática e do uso de palavras mais ou menos carregadas de conceitos tecnocientíficos, mas, antes, do reconhecimento do “lugar no mundo” desses sujeitos. Segue Linera, na mesma entrevista:

O problema para a esquerda tradicional é que confundiu o conceito de “condição proletária” com uma forma histórica específica de trabalho assalariado. A primeira alastrou a todo o lado e tornou-se uma condição material generalizada. Não é verdade que o mundo do trabalho esteja a desaparecer — nunca houve tantos trabalhadores no mundo, em todos os países. Mas este crescimento gigantesco da força de trabalho mundial aconteceu numa altura em que as estruturas políticas e sindicais existentes entraram em rotura. Mais do que em qualquer outra altura desde o início do século XIX, a condição da classe trabalhadora é novamente uma condição do, e para, o capital. Mas agora numa forma em que o mundo dos trabalhadores se tornou mais complexo, hibridizado, nómada e desterritorializado. Paradoxalmente, numa época em que todos os aspetos da vida humana foram mercantilizados, tudo parece acontecer como se já não houvesse nenhum

trabalhador. [...] O tema da mudança ainda é o “trabalho vivo”: trabalhadores que vendem a sua força de trabalho de muitas maneiras. Mas as formas organizativas, os discursos e identidades são muito diferentes das que conhecemos no século XIX (LINERA, 2019, n/p).

Desse modo, o problema da comunicação, já apontado anteriormente por Paulo Freire (1983), ultrapassa o inadequado uso da expressão “extensão”, uma palavra que, em seu sentido dicionarizado, pressupõe a interação de mão única entre “os que tudo sabem para os que nada sabem”. A questão de fundo, nesse prisma, é mais complexa. Envolve o modo como os espoliados, os expropriados e os explorados que não podem ser categorizados como “assalariados” ocupam o terreno das lutas de classes e das lutas por territórios, culturas e pertencimento originário.

Aqui fica evidente as conexões entre a perspectiva teórica e epistemológica de análise da particularidade do capitalismo na formação econômico-social brasileira e latino-americana, a correlação de forças na sociedade, as características do bloco histórico e as estratégias políticas dos não possuidores de bens contra o capital. Sem superar a epistemologia e os conceitos eurocêntricos, conforme propugna Aníbal Quijano (2005), o entendimento do real fica deformado, especialmente em virtude da incompreensão do desenvolvimento desigual e da correspondente diversidade de formas de exploração e, não menos importante, da desconsideração dos nexos entre classes sociais e racismo, estruturas de conhecimento que comprometem o plano das estratégias.

Essas dificuldades de comunicação, por conseguinte, não se reduzem a métodos pedagógicos, por mais importantes que estes sejam. Existem outras facetas a serem consideradas. Majoritariamente, a esquerda não foi capaz de pensar, reconhecer e criar espaços comuns de luta com os setores que vivem em condições pauperizadas. Os sindicatos e os partidos com vínculos com a esquerda não estão presentes em seus lugares de vida e de trabalho. Em qualquer favela do Rio de Janeiro, uma simples caminhada por suas ruas evidencia que existem organizações nesses territórios, como a miríade de templos e igrejas de distintas denominações. Existem outros poderes, a exemplo de grupos milicianos e de organizações do narcotráfico. Existem, também, nos interstícios, organizações populares de distintas envergaduras, porém, em geral, sem encadeamentos sistemáticos e orgânicos com a esquerda. Como o assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL) atesta, quando conexões sistemáticas são construídas grupos paramilitares e milicianos a serviço da extrema direita agem no sentido de tentar impedir

a organização popular pela esquerda. Como o conjunto da esquerda não está presente com grande escala nesses territórios (é necessário repetir a título de ênfase: conjunto, grande escala), as iniciativas em curso tornam-se ainda mais vulneráveis do que já seriam em virtude dos agrupamentos políticos da direita “tradicional” que há anos atuam em muitos desses territórios. A situação tornou-se mais grave com a ascensão política da extrema direita, posto que esta veio acompanhada do poder letal das milícias. Esse ciclo vicioso precisa ser quebrado pela ação deliberada das organizações populares.

As experiências em curso, ainda que moleculares e sob ameaças permanentes, confirmam a correção da construção de espaços de formação comuns, horizontalizados, compartilhados, lugares de diálogos verdadeiros entre sensibilidades heterogêneas (DARDOT; LAVAL, 2015). É necessário conhecer as iniciativas no país e, também, no exterior de tecer espaços comuns (também de unidade de ação em lutas sociais diversas) em que existam metodologias capazes de assegurar protagonismo e autonomia desses sujeitos na construção de outra hegemonia que contenha, como é próprio da hegemonia em Gramsci (GRAMSCI, 2007; COSPITO, 2017), formulações, expectativas e demandas diversas que não comprometam o que é essencial: no caso, o enfrentamento ao capitalismo.

A esquerda socialista não protagonizou processos políticos e pedagógicos com os subalternos capazes de serem materializados como uma vontade nacional popular. É necessário reconhecer, entretanto, que segmentos da direita lograram organização e metodologias para acessar esses sujeitos, sobretudo a partir do campo religioso, mas também pela manipulação de perfis (EMPOLI, 2019) nas redes virtuais, reacendendo traços presentes na formação econômico-social – machismo, patriarcalismo, LGBTQI-fobia, racismo, rudeza, hostilidade ao divergente. Tais disposições ideológicas, ressignificadas pela “guerra cultural”, passam a saturar o senso comum como virtudes.

Todos os que defendem que somente existe democracia com igualdade social se perguntam sobre o que se passou com imensas massas populares que foram capturadas não apenas pela direita, mas pela extrema direita, como se tivesse ocorrido uma inversão na proposição freiriana: a transitividade crítica caminhou rumo à consciência intransitiva, generalizando um senso comum muito distinto ou, pelo menos, muito diferente do senso comum que, há duas décadas, apoiou as lutas contra a ALCA; nutria simpatia pela luta do MST; não concebia com bons olhos as privatizações e, a despeito de avaliações que poderiam ser aqui apresentadas, elegeu e ree-

legeu Lula da Silva e garantiu já com crises, os dois mandatos de Dilma Rousseff, também do PT .

O propósito do presente texto, como o leitor já observou, não é examinar as organizações subjacentes que pavimentaram as vias das favelas, das comunidades, das classes médias para o heterogêneo “caldeirão” de ideologias direitistas. O pensamento crítico no Brasil já produziu trabalhos relevantes sobre a internacional da direita evangélica, os centros de pensamento direitistas, as frações pentecostais e neopentecostais, os segmentos direitistas das forças armadas, grupos milicianos, forças policiais diversas, parcelas do agronegócio e de setores atacadistas vinculados à extrema direita. O intuito do texto é, antes, pensar grandes quadros de referência sobre o debate a propósito da formação política como dimensão estratégica da luta contra a autocracia neofascista (FERREIRA, 2018; FONTES, 2020; MATTOS, 2020; MELO, 2016; HOVELER, 2016; ROCHA, 2015; VILLAZÓN, 2015).

## **A adaptação da esquerda e o evolucionismo debilitam a formação**

Retomado o foco no quadro de referência é necessário ressaltar que os temas da formação política e da educação como estratégia política (LEHER, 2007a) estão no proscênio da agenda política brasileira em 2020, engendrando desafios que, se não forem enfrentados, comprometerão, perigosamente, o futuro da esquerda, a perspectiva de uma nação em que caibam todos os rostos humanos e a democracia.

Em decorrência da leitura do marxismo evolucionista sobre as classes e frações de classes no capitalismo dependente, por meio da expectativa de que o capitalismo proletarizará todas e todos na forma do assalariamento “clássico”, a esquerda deixou de ver, reparar e sentir a vida cotidiana da maioria do povo brasileiro, pensados, direta ou indiretamente, como viventes em circuitos atrasados e ainda não suficientemente capitalistas. Esta chave interpretativa tem como corolário que esses sujeitos não são protagonistas relevantes das lutas políticas e, mais amplamente, das lutas de classes, servindo, quando muito, de apoio aos trabalhadores sindicalizados e com trabalho regulado que seriam a “vanguarda” da classe trabalhadora. Neste diapasão, o problema da formação política está reduzido a sua condição de lubrificante de cadeias de comando: a vanguarda concebe e dirige; os grupos de apoio executam e não dirigem.

Na prática política, conceber esses “não possuidores de bens” como fora do teatro de operações da luta de classes é uma forma de desconsiderá-los como sujeitos com iniciativa, anseios sociais, esperanças, desejos de melhoria de suas vidas, de seus familiares e contextos.

Decorrem dessas formas de interpretação do capitalismo no Brasil e das classes sociais que o constituem práticas políticas que, exitosa em processos eleitorais (como nos casos de Lula da Silva e Dilma Rousseff), materializa a concepção de que os despossuídos de bens sem trabalho regulado são de fato, grupos de apoio. Desse modo, o eixo das ações destes governos passa a ser a cooptação pela promessa de consumo e pela ampliação de medidas de alívio à pobreza. Deixam de ser reconhecidos como sujeitos transformadores da história e passam a ser concebidos como a base social em que se busca votos a partir do pressuposto reconhecimento aos benefícios concedidos. Por mais de uma década esses setores deixaram de ser pensados pelo partido majoritário e pela principal central sindical como sujeitos políticos. O próprio governo se aliou a correntes pentecostais e neopentecostais que, na prática, ficaram com o monopólio da formação espiritual (e, por conseguinte, política) desses trabalhadores brutalizados pelo turbo capitalismo do século XXI.

Como Linera (2019) sugeriu, essa forma de leitura é essencialmente desprovida de análise histórica rigorosa. Os trabalhos clássicos de Florestan Fernandes, especialmente *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (1968) e *A revolução burguesa no Brasil* (1975/2008), já haviam proposto outras bases teóricas para interpretar as lutas de classes em nosso país balizadas na crítica ao marxismo evolucionista e vulgar; no entanto, talvez em virtude da tentativa de apagamento da obra de Fernandes no período da ditadura e, também, no pós-ditadura, estas obras foram pouco discutidas entre 1975 e 2000 e, mesmo quando governos progressistas assumiram o governo federal, o tema de fundo da obra de Florestan, o capitalismo dependente, foi totalmente ignorado nas avaliações estratégicas do PT. Também as análises de Francisco de Oliveira, em sua *Crítica à Razão Dualista* (2003), foram pouco escutadas e, justo pela desconsideração das críticas ao neoliberalismo e às formas de dominação burguesa, Oliveira se afastou do partido.

O problema tornou-se ainda mais grave quando essa imensa massa de trabalhadores “não formais”, no contexto dos governos progressistas, foi concebida como já desvinculada definitivamente do mundo do trabalho, devendo ser assistida pelos programas de renda mínima bancomundialistas. Neste prisma, a “pedagogia do PT” junto aos “setores não formais” ficou

quase que limitada ao voto e às promessas de consumo, porém sem incidência no senso comum, o que, a partir de 2013, se mostrou um erro estratégico de enorme gravidade.

A forma de leitura do capitalismo no Brasil repercute na pedagogia política dos partidos e, por isso, os programas de formação política listados no início do presente texto corretamente têm focado problemas relacionados com a formação econômico-social brasileira, a atuação dos Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais (APHe), as formas de resistência e as lutas em curso.

Ao abandonar a problematização dos determinantes do capitalismo dependente, em prol do foco na “aceleração do crescimento” (LEHER, 2007b), os governos do PT desmotivaram seus militantes a priorizar o terreno da autoformação política: afinal, por que formar quadros e militantes críticos ao capitalismo se o eixo do programa de governo era o Programa de Aceleração do Crescimento impulsionado pela gramática do Programa Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana/IIRSA?<sup>1</sup>. É necessário lembrar que, entre os quadros que deixaram de ser formados estavam também os sindicalistas da CUT em franco processo de transformismo (BOOTHMAN, 2017). Entre as grandes organizações, apenas o MST perseverou nos programas de formação que, é alentador reconhecer, foram adensados teoricamente. No caso do setor de educação, a agenda educacional definida no II Encontro Nacional de Educação para a Reforma Agrária (2015) é claramente crítica a diversos aspectos da política do PT e, explicitamente, reafirma princípios e valores socialistas (LEHER, 2019).

Em pouco mais de uma década e meia a grande maioria da militância de esquerda “se desconectou” da auto-organização da classe trabalhadora e, resultante desse afastamento, perdeu a capacidade de “prosear” com o povo, especialmente com a juventude que vive em condições de precariedade, os trabalhadores uberizados, os autoempreendedores e, mais genericamente, com os moradores das favelas e das periferias.

Desse modo, iniciativas da extrema direita que já estavam em curso ganharam nova escala. Inexiste vazio na luta de classes. Após 2013, os

---

<sup>1</sup> IIRSA: Criada em 2000, na I Reunião de Presidentes da América do Sul em Brasília, a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana (IIRSA) foi a primeira instituição formada pelos doze países da América do Sul. Proposta pelo governo brasileiro em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a iniciativa tinha como objetivo central desenvolver metodologia e uma carteira de obras de infraestrutura que interligasse fisicamente as principais regiões econômicas do subcontinente com o intuito de diminuir custos de transporte e circulação de mercadorias visando o aumento dos níveis de exportação intra e extrarregional (HONÓRIO, 2017).

APHe intensificaram suas ações educacionais para estabelecer o controle social perdido pelo PT. As Manifestações das Jornadas de Junho de 2013 certamente acenderam um sinal amarelo, quiçá vermelho, na análise da governabilidade. No entanto, a partir de 2013 a internacional da direita e os aparatos da extrema direita no Brasil passaram a competir com a “direita social”. Enquanto no governo do PT, os APHe imbuídos de um certo teor social estabeleciam parcerias diversas com o governo (vide o PDE: Compromisso Todos pela Educação), no contexto da crise econômica e de debilitamento profundo do governo (2013–2016), as organizações da extrema direita alargaram as brechas já existentes no senso comum e ganharam muito terreno nas disputas ideológicas tanto com as esquerdas, como com as organizações sociais burguesas comprometidas com as táticas da direita social.

Resta muito a estudar sobre como a miríade de frações pentecostais e neopentecostais – frequentemente em competição renhida pelo mercado de fiéis, como os conflitos entre a Igreja Universal do Reino de Deus e a Assembleia de Deus – passou a atuar de modo coeso e articulado (as exortações aos fiéis eram muito semelhantes) e, o que é notável, em linha com segmentos da direita da Igreja Católica. Entre 2004 e 2014, muitas dessas denominações religiosas atuaram em aparente sintonia com os governos do PT. O caso da Igreja Universal do Reino de Deus, nesse prisma, é exemplar, pois chegou a ocupar uma pasta ministerial e o vice-presidente da República de Lula da Silva esteve abrigado no partido criado pela referida igreja.

Ao mesmo tempo, outras fundações privadas, *think tanks*, meios de comunicação vinculados às grandes corporações e segmentos do judiciário (lavajatismo) conectados a uma extraordinária atuação nas redes de internet foram provendo esses APH (igrejas, movimentos patrocinados por fundações empresariais, militares etc.) de um discurso em torno da ideologia de gênero, da corrupção e de teorias conspiratórias (marxismo cultural) – ações que ganharam organicidade por meio da estratégia da guerra cultural (LEHER, 2020).

Na perspectiva da educação, importa interpelar uma realidade difícil. Como explicar que essas iniciativas da extrema direita tenham alterado tanto o senso comum? A difusão da “guerra cultural” não se esgota na ação publicitária. Em outros contextos campanhas publicitárias levaram ao governo nomes reacionários, mas sem tanta penetração no senso comum. A análise dos mapas eleitorais de 2018 é importante. Mesmo em áreas em que vivem trabalhadoras e trabalhadores pauperizados e, também, com



tradição de luta político-sindical, a extrema direita avançou de modo consistente.

## **Desafios teóricos, metodológicos e epistemológicos da formação**

Os que leram o presente texto até aqui já estão familiarizados com a justificativa de que o maior desafio atual é pensar processos formativos da militância dos movimentos sociais antissistêmicos para ampliar o escopo dos futuros formadores. Não se trata da ingênua lógica da pirâmide, mas de organizar a luta em prol de outra hegemonia. Sem formação e organização conscientes, estrategicamente pensadas, dificilmente será possível deflagrar processos de formação em movimentos de trabalhadores uberizados, em igrejas, mães contra a violência, movimentos antirracistas e demais aliados potenciais na luta para reverter os logros das organizações da extrema direita e, em muitos domínios, dos APHe. Nesse prisma, o desafio é essencialmente político: como criar ambientes, espaços e relações de confiança entre os diversos coletivos de formadores, em todo país, para que, no caso de um ascenso de lutas, cenário plausível em virtude da extensão da crise econômica, dessa vez, diferente de 2013, a esquerda tenha como atuar e disputar a formação da consciência que pode ser favorecida pelas lutas à quente? Não cabe aqui crenças economicistas, pois a história nos mostra que crises econômicas profundas, como a que está em curso, também podem abrir as vias de um fascismo que inequivocamente está em processo (MATTOS, 2020). Uma hipótese de trabalho é constituir uma rede nacional dessas iniciativas a partir da mediação da Escola Nacional Florestan Fernandes, visto que a Escola já reúne as principais perspectivas da esquerda em seus processos de formação e, desse modo, conquistou confiança e trânsito entre as diferentes linhagens do pensamento crítico.

Será preciso, ainda, construir compreensões comuns sobre o significado da formação para as organizações da classe trabalhadora. Considerando a atuação das militantes e dos militantes, é imperativo superar a concepção do *Diamat* que separa os militantes dirigentes-intelectuais e os militantes obreiros. O propósito dos espaços unitários de formação, por suposto, não pode definir como cada organização e coletivo se auto-organiza, por isso o consenso em relação a essa perspectiva de formação é extremamente relevante. Para compreender as gigantescas mudanças nas formas de consciência, aprender a dialogar verdadeiramente com os expropriados e explo-

rados e, não menos importante, formar a militância em novas bases e trabalhar em prol das subjetividades da militância em temas como racismo, patriarcalismo, machismo e LGBTQI+fobia as aberturas metodológicas e epistemológicas são cruciais.

Para seguir nessa linha de formação é vital compreender a atualidade do capitalismo dependente, o desenvolvimento desigual e as especificidades dos processos de acumulação considerando as interconexões das frações burguesas internas com as frações burguesas hegemônicas. Em linha com esses estudos o marxismo está desafiado a refinar sua compreensão sobre o proletariado e os processos de exploração da força de trabalho no século XXI.

Não menos importante é enfrentar um tema que tampouco possui respostas adequadas. Se a direita tem igrejas, APH, fundações corporativas muito capitalizadas, quais são os meios organizativos da esquerda socialista? Sem escala, como assinalado, o esforço de formação não alterará a correlação de forças, muito negativa para a classe trabalhadora. Com isso é preciso reafirmar com toda ênfase: o desafio da formação é fundamentalmente político. Somente com frentes e coalizões será possível obter avanços. Consolidando as frentes de unidade de ação logo será possível abrir espaços de formação de setores populares, a exemplo de cursos de formação de distintos níveis, muitos deles com participação de grupos universitários, cursinhos pré-vestibulares populares, coletivos partidários, sindicais, buscando organizar a luta contra a extrema direita, transformando o senso comum. Seria interessante um inventário sobre essas iniciativas, indicando as organizações promotoras, o público atingido, os temas discutidos e assim por diante. Levantamentos sobre cursos de extensão e de especialização referenciados na educação popular ofertados pelas universidades, por exemplo, poderiam ser um ponto de partida válido.

## **Transformar o senso comum reacionário**

O reexame de algumas nervuras que explicam a difícil situação de avanço da extrema direita no senso comum é imperioso. A inquietação da esquerda é pertinente. Existem muitos indicadores de que está em curso mudanças profundas no senso comum que exacerbam ideologias reacionárias e que associam preliminarmente a esquerda às práticas corruptas. É nesse terreno que vicejam o negacionismo, as *fake news*, a indisposição ao diálogo entre sensibilidades e pensamentos distintos. Nesse ambiente, personagens que, até pouco tempo, estavam no rodapé da história sobem ao

palco, ganham auditório e realimentam o senso comum carregado dessas ideologias de extrema direita.

Um olhar afastado, desvinculado da vida cotidiana desses setores expropriados, explorados e desalentados, poderia sugerir que “os núcleos de Bom Senso” a que se refere Gramsci (discutidos a seguir) foram estilhaçados pelas ideologias reacionárias e, por isso, tornaram-se incapazes de articular pensamentos, ações, proposições referenciadas na busca da dignidade da classe trabalhadora, na confiança na escola pública e em seus trabalhadores e no reconhecimento da legitimidade das lutas e dos movimentos sociais. Generalizações sobre o tema são indevidas, pois, na vida cotidiana, experiências, práticas, contextos e situações específicas, solidariedades, estão pulsando. O que o texto sustenta é que existe uma alteração real no senso comum ou na expressão do senso comum em largos contingentes da classe trabalhadora e que, por isso, o tema está no centro da estratégia política das lutas anticapitalistas.

Até aqui o texto abordou o tema do senso comum em sua generalidade. Entretanto, conforme aponta Guido Liguori (2017a) a propósito do senso comum, este não pode ser compreendido como algo fixo, imutável, único para toda a sociedade de classes.

[Gramsci] demonstra acreditar que existem vários “senso comuns”, diferenciados por conotação social e área geográfica. Mas ele usa a expressão também com uma conotação não positiva. De fato, escreve que “todo estrato social tem seu ‘senso comum’, que é, no fundo, a concepção de vida e a moral mais difusa [...]. O senso comum não é algo rígido e imóvel, mas se transforma continuamente, enriquecendo-se de noções científicas e opiniões filosóficas introduzidas no costume. [...] Dessa passagem se conclui que: a) “todo estrato social tem o seu senso comum”, e, portanto, numa sociedade, convivem vários deles; b) o senso comum se define como “a concepção de vida e a moral mais difusa” num determinado estrato social; c) o senso comum deriva da sedimentação deixada pelas correntes filosóficas precedentes (é “o folclore da filosofia”); d) o senso comum se modifica incessantemente (logo, se sucedem no tempo vários senso comuns) (LIGUORI, 2017a, p. 722).

Objetivamente, o problema da formação política interpela o senso comum dos estratos sociais subalternos que, como assinalado por Liguori, podem ser diferenciados por classe social e território, mas não como algo exclusivamente difuso, indeterminado, visto que:

O senso comum parece uma variação do conceito de ideologia, gramscianamente entendida como concepção do mundo. É a concepção do mundo de um estrato social, com frequência caracterizada como momento de recepção passiva se comparada à elaboração ativa do grupo dirigente-intelectual do mesmo grupo social. Enquanto passivo, o senso comum evidencia atrasos, bem como momentos elementares de elaboração (LIGUORI, 2017a, p. 722).

Nessa conotação negativa, o senso comum é indissociável da ideologia, no caso da recepção passiva de ideologias dominantes em virtude da debilidade ou ausência de “elaboração ativa do grupo dirigente-intelectual do mesmo grupo social”. Esse é o fulcro do debate: a eficácia das ideologias dominantes está em conexão com a debilidade da constituição de um senso comum pleno de bom senso, depurado de seus elementos irracionais, elaborado pelos explorados. Nesse prisma, a influência de ideologias negacionistas é profundamente alienadora. As indicações de Gramsci, organizadas por Liguori (2017a), são extremamente importantes para a reflexão do caso brasileiro, especialmente em virtude da atuação das frações de extrema direita do “partido” evangélico.

Ainda mais negativo é o juízo sobre o senso comum em relação à temática da “existência objetiva da realidade” [...], que é, para Gramsci, “a questão mais importante concernente à ciência”, mas que para o senso comum “nem mesmo existe”. Tais certezas do senso comum provêm “essencialmente da religião [...] do cristianismo”. Nesse ponto, o senso comum é, para Gramsci uma visão de mundo atrasada, seja porque condicionada pela ideologia religiosa, que nega a imanência, seja porque não acolhe as novidades da ciência: uma visão de mundo pré-moderna (LIGUORI, 2017a, p. 722).

No caso brasileiro, o reacionarismo de manifestações do senso comum repousa, justamente, no negacionismo – seja da pandemia, seja de mudanças climáticas, seja da eficácia de vacinas ou de uso de máscaras, mas também sobre o desemprego, as queimadas da Amazônia e do Pantanal de Mato Grosso ou de teorias conspiratórias. É o mesmo negacionismo que se volta contra vítimas de abuso sexual, ainda que de crianças, e que preconiza a inferioridade de povos indígenas, negros e nordestinos. Em meio a tais manifestações irracionistas, os centros de pensamento da direita difundem as suas proposições ideológicas negacionistas pinçando

aqui e ali situações verdadeiras que restam mergulhadas (e, por isso, resignificadas) em um oceano de contradições e irrealidades. Gramsci, conforme Liguori, destaca isso:

[...] nossas afirmações anteriores [Gramsci] não significam a inexistência de verdades no senso comum. Significam que o senso comum é um conceito equívoco, contraditório, multiforme, e que referir-se ao senso comum como prova de verdade é um contrassenso (LIGUORI, 2017a, p. 723).

Por povoar o senso comum atual, tais ideologias, difundidas por meios digitais e com base na manipulação de algoritmos, têm beneficiado forças políticas de extrema direita. Por isso, o senso comum, na conjuntura atual, é operante do conservadorismo reacionário, assim como na época de Gramsci, do fascismo.

Com frequência, [Gramsci] conota o senso comum também com um caráter de conservadorismo: ele “é levado a acreditar que aquilo que existe hoje sempre existiu” [...] [Nos Cadernos do Cárcere], as avaliações e as anotações, em especial, negativas sobre essa categoria – não raro adjetivada como “vulgar” – parecem prevalecer claramente sobre as positivas (LIGUORI, 2017a, p. 723).

Não há como desenvolver programas de formação que não interpelem e desenvolvam um novo senso comum no qual os núcleos de bom senso possam ser massificados e interajam com a realidade social por meio da análise histórica, relacional, sintética e integrada. Daí a relevância de pensar o significado do “Bom Senso” nos processos de transformação do senso comum.

Seguindo a leitura de Liguori (2017b), agora sobre o “Bom Senso” em Gramsci, em seus últimos Cadernos Gramsci atribui uma conotação positiva ao termo:

Uma avaliação mais positiva do bom senso ocorre nos contextos filosóficos, nos quais ele é usado em sentido técnico: “A filosofia é a crítica da religião e do senso comum e sua superação: neste sentido, a filosofia coincide com ‘bom senso’” (Q 8, 204, 1.063). A partir do Q 10, no âmbito de parágrafos ausentes em primeira redação, a avaliação do bom senso é quase sempre positiva (LIGUORI, 2017b, p. 67).

No Caderno 11, observa Liguori (2017b), Gramsci é ainda mais preciso:

Ainda mais positiva é a avaliação do bom senso quando Gramsci o distingue radicalmente do senso comum, como no Q 11, 12, 1.380 [CC, 1, 98]: “Este é o núcleo sadio do senso comum, que poderia precisamente ser chamado de bom senso e que merece ser desenvolvido e transformado em algo unitário e coerente” (LIGUORI, 2017b, p. 68).

Como aponta Michel Debrun (2001), o “Bom Senso” sempre é histórico (é de uma época) e, por conseguinte, relacionado a determinados contextos sociais, territoriais, políticos. Balizado pela proposição gramsciana de que todos humanos são filósofos, o “Bom Senso” é “participação coletiva na filosofia” (DEBRUN, 2001, p. 169). Esse é um aspecto crucial do tema da formação: não bastam iniciativas isoladas, pois o “Bom Senso” somente pode forjar um novo senso comum se for coletivo, abranger grandes massas, nos moldes da proposição da criação de uma “vontade nacional-popular” (funções tipicamente do partido). Aqui é reiterada a dimensão política do problema da formação já reafirmada sobejamente no presente texto. Requer, também, ação deliberada para enfrentar as ideias e concepções de mundo que estruturam um determinado senso comum, pois o “Bom Senso” é construído na crítica ao senso comum que, no Brasil atual, contém tal dimensão irracionalista que é plausível supor que o objetivo dessas manifestações é interditar “às massas a inteligência política do momento histórico” (DEBRUN, 2001, p. 180).

Nada disso ocorre no terreno discursivo dos melhores argumentos, pois o senso comum é permanentemente irrigado por APH diversos, alguns, como visto, muito capilarizados e capazes de atuação sistemática sobre vastos setores populares, como as referidas frações religiosas e, também, de meios de comunicação, de escolas etc. igualmente sob a influência de APH.

A pandemia de COVID-19 permite exemplificar como o senso comum é sincrético, contraditório e multiforme; enquanto APH religiosos e vinculados aos aparatos da “guerra cultural” bolsonarista tentam sustentar que a pandemia é benigna e equivalente a uma gripe, outros APH podem reforçar dimensões positivas do senso comum. No contexto da pandemia, instituições como as universidades públicas, a Fiocruz, o Instituto Butantã, entre outros, e, também, cientistas e profissionais de saúde, diversamente mostram a necessidade de cuidados para proteger a vida dos indivíduos e da comunidade. Essas concepções de mundo coexistem em incontáveis si-

tuações. E é sobre essas contradições que é possível desenvolver práticas de formação que depurem o pior do senso comum em prol da afirmação de esferas de “Bom Senso”. O efetivo “Bom Senso” não está em continuidade com o senso comum, pois não deixa de ser uma negação dos aspectos irracionais do senso comum, crítica que pode ser tecida com a difusão de teoria (marxismo). É também um objetivo somente alcançável como expressão de lutas massivas por novas concepções de mundo livres das amarras expressas pelo pior do reacionarismo, a partir das quais as frações da classe trabalhadora em luta buscam outra hegemonia tecendo consensos em torno dos objetivos estratégicos da classe trabalhadora (em toda sua polissemia, como visto) em suas lutas contra a barbárie da autocracia burguesa que vêm incorporando proposições neofascistas.

O grande desafio político é tornar os núcleos de “Bom Senso” populares, difundidos em vastos setores sociais, de modo que as pessoas compreendem e sintam “ao menos em grandes linhas, o fundamento de certos valores e comportamentos requeridos não só para a colocação em órbita de uma nova civilização, mas para operá-la no dia-a-dia” (DEBRUN, 2001, p.178). De fato, segue o autor: o “Bom Senso” é “ao mesmo tempo condição da reforma intelectual e moral e peça fundamental dela” (Idem).

## **Indicações a título de síntese**

As indicações do capítulo colocam em relevo a retomada do interesse de setores da esquerda universitária e de movimentos sociais diversos na formação política e, também, na disputa do teor da educação pública. As recentes iniciativas, ainda moleculares e fragmentadas, evidenciam que existem nos movimentos sociais inquietações sobre a situação da correlação de forças, preocupações realistas que devem ensejar ações concretas, por meio de coalizões que afirmem unidade de ação no plano estratégico.

Todos os movimentos identificam, igualmente de modo sensato, que existe uma grave crise de comunicabilidade entre a esquerda socialista e as massas populares que compromete a possibilidade de diálogo para forjar consensos entre as demandas desses trabalhadores não inseridos no mercado regulado e as pautas anticapitalistas da esquerda. O presente capítulo procurou agregar alguns aportes para tornar pensável essa incomunicabilidade, questionando a crença reiteradamente repetida de que o problema reside nos métodos pedagógicos, importantíssimos, mas, por si sós, incapazes de transformar a situação existente.

Inicialmente, o capítulo colocou em relevo a necessidade de a esquerda retomar a discussão de classe, recusando as lentes eurocêntricas e evolucionistas por meio do conceito de capitalismo dependente de Florestan Fernandes que nos permite compreender que as manifestações do trabalho arcaico, na aparência pré-capitalistas, são congruentes com o desenvolvimento desigual do capitalismo. Com Linera e Quijano o texto propugna a necessidade de incorporar o nexos histórico entre classe, raça e capitalismo, como condição necessária, obrigatória, de reconhecer o lugar de vida – e as condições concretas de vida – de grande parte da massa popular. Esse é um fundamento de qualquer processo de formação.

O texto discute, também, a proposição de que a extrema direita tem incidido de modo organizado e sistemático sobre o senso comum, com base na doutrina da chamada guerra cultural, por meio de seus APH que, mediante tecnologias da informação e comunicação, difundem suas ideologias distribuídas pelos algoritmos planejados para tal fim, acentuando disposições reacionárias, irracionistas e negacionistas que abrem vias de massa para a autocracia neofascista.

Finalmente, o texto exorta a necessidade de frentes anticapitalistas e pela democracia com igualdade social objetivando constituir redes de formação. Perpassa todo texto a proposição de que o problema dos entraves e dos desencontros possuem natureza política. São as próprias organizações e movimentos que precisam “retomar” práticas de autoformação. O esforço prioritário, nesse sentido, deveria focalizar os militantes das diversas organizações e movimentos sociais dispostos a formar as primeiras redes locais, regionais e nacionais de formação.

Gramsci sustenta que a esquerda tem de ser ambiciosa ao pensar na formação, visto que somente com grande escala será possível depurar as irracionalidades e disposições de pensamento reacionárias e formar, pedagogicamente, núcleos de “Bom Senso” inscritos em um ambiente cultural de luta por outra hegemonia, por meio da constituição massiva de uma vontade nacional popular referenciada nos valores da igualdade social, do bem-viver socioambientalmente orientado, fundamentos, no século XXI, de formas de produção material da vida referenciadas no socialismo.



## Referências

BOOTHMAN, D. Transformismo. In: LIGUORI, G.; VOZA, P. (Orgs.). **Dicionário gramsciano**; tradução Ana Maria Chiarini [et al.]; revisão técnica Marco Aurélio Nogueira, São Paulo: Boitempo, 2017.

COSPITO, G. Hegemonia. In: LIGUORI, G.; VOZA, P. (Orgs.) **Dicionário gramsciano**. tradução Ana Maria Chiarini [et al.]; revisão técnica Marco Aurélio Nogueira, São Paulo: Boitempo, 2017.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Commum**: essai sur la révolution au XXI Siècle. Paris: Éditions La Decouverte, 2015.

DEBRUN, M. **Gramsci – Filosofia, política e Bom Senso**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP; Centro de Lógica e Epistemologia, 2001.

EMPOLI, G. **Engenheiros do Caos**. SP: Vestígio, 2019.

FARIAS, C. “Em ato de Haddad com artistas, Mano Brown critica PT e recebe vaías”. **UOL**, Rio de Janeiro, 24 out. 2020. Eleições 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/23/em-ato-com-fala-anticlimax-de-rapper-haddad-sugere-tratamento-a-bolsonaro.htm>>. Acesso em: 13 out. 20.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Um ensaio de interpretação sociológica. 2. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

\_\_\_\_\_. Por uma história das direitas. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 12, n. 24, p. 216–234, dez. 2018. ISSN 1981–2434. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/8099>>. Acesso em: 14 out. 2020.

FONTES, V. Tempos atrozos: fios históricos da dominação de classes no Brasil e contradições. **Esquerda Online**, [S.l.], 23 mai. 2020. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2020/05/23/tempos-atrozos-fios-historicos-da-dominacao-de-classes-no-brasil-e-contradicoes/>>. Acesso em: 11 out. 20.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, V. 3; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 6v.

HOEVELER, R. A direita transnacional em perspectiva histórica: o sentido da “nova direita” brasileira. In: DEMIER, F.; HOEVELER, R. (Orgs.). **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016. p. 77–92.

HONÓRIO, K. IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana. **Observatório do Regionalismo**, [S.l.], 10 Abr. 2017. Disponível em: <<http://observatorio.repri.org/glossary/iniciativa-para-a-integracao-da-infraestrutura-regional-sulamericana-iirsa/>>. Acesso em: 11 out. 2020.

LEHER, R. Educação popular como estratégia política. In: JANIZE, E; ALMEIDA, M. L. P. (Org.). **Educação e movimentos sociais**: novos olhares. SP: Alínea, 2007a, p. 19–32.

\_\_\_\_\_. PAC, Educação e Heteronomia Cultural. **Revista de Políticas Públicas**, v.11, n.1, p.9–33, 2007b.

\_\_\_\_\_. **Autoritarismo contra a universidade**. SP: Expressão Popular; Fundação Rosa Luxemburgo, 2019.

\_\_\_\_\_. Guerra cultural e universidade pública: O Future-se é parte da estratégia de silenciamento. In: GIOLO, J.; LEHER R.; SGUISSARDI, V. **Future-se**: Ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado. São Carlos: Diagrama Editorial, 2020, p. 115–149. Disponível em: <<https://www.diagramaeditorial.com.br/project/future-se/>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

LIGUORI, G. Senso comum. In: LIGUORI, G.; VOZA, P. (Orgs.) **Dicionário gramsciano**. tradução Ana Maria Chiarini [et al.]; revisão técnica Marco Aurélio Nogueira. 1. ed., São Paulo: Boitempo, 2017a, p.1255–1259.

\_\_\_\_\_. Bom senso. In: LIGUORI, G.; VOZA, P. (Orgs.) **Dicionário gramsciano**. tradução Ana Maria Chiarini [et al.]; revisão técnica Marco Aurélio Nogueira. 1. ed., São Paulo: Boitempo, 2017b., p. 115–116.

LINERA, A. G. O trabalhador indígena e a renovação da esquerda: uma conversa com Álvaro Garcia Linera Esquerda Net. (Entrevista realizada por Marcello Musto), [S.l.], **Carta Maior**, 27 out. 2019. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/O-trabalha->

dor-indigena-e-a-renovacao-da-esquerda-uma-conversa-com-alvaro-Garcia-Linera/6/45631> . Acesso em: 9 out. 2020.

MATTOS, M. B. **O governo Bolsonaro**: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MELO, D. A direita ganha as ruas: elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira. In: DEMIER, F.; HOEVELER, R. (Orgs.) **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016, p. 67-76.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2003.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LEHER, R.; SETÚBAL, M. (Orgs.). **Pensamento crítico e movimentos sociais**: diálogo para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005, p. 35-95.

ROCHA, C. Direitas em rede: *think tanks* de direita na América Latina. In: VELASCO E CRUZ, S.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (Orgs.). **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 261-278.

STAUFFER, A. B.; BAHNIUK, C.; VARGAS, M.C.; FONTES, V. (Orgs.). **Hegemonia burguesa na educação pública**: problematizações no curso TEMS (EPSJV/PRONERA) Rio de Janeiro: EPSJV, 2018.

VARGAS, L.A.A. **A educação como estratégia política do MST**. Curitiba: Appris, 2018.

VILLAZÓN, J. C. Velhas e novas direitas religiosas na América Latina: os evangélicos como fator político. In: VELASCO E CRUZ, S.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (Orgs.). **Direita, volver!** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 163-175.